

**bem-viver e educomunicação:
estratégias para enfrentar as crises sistêmicas e adiar o fim do mundo**

***buen vivir* and educommunication:
strategies to face systemic crises and postpone the end of the world**

Gabriel Razo da Cunha

Mestrando em Ciências da Comunicação

Escola de Comunicação e Artes

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo, SP

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2831-3132>

Nicole Fajardo Maranhã Leão de Souza

Doutoranda em Ciências da Comunicação

Escola de Comunicação e Artes

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo, SP

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2509-0909>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17458575>

Resumo: Diante do cenário contemporâneo de crises sistêmicas globais -ambientais, sociais, políticas e econômicas- este artigo propõe uma reflexão sobre a articulação entre educomunicação, jornalismo e práticas de bem-viver, a partir de uma perspectiva crítica e decolonial. Partindo das contribuições de autores como Byung-Chul Han, Pablo Solón, Bruno Latour, Ailton Krenak e Fernando Huanacuni, propõe-se uma reimaginação de futuros plurais possíveis por meio de práticas educacionais que valorizam saberes ancestrais e experiências comunitárias, como aquelas realizadas em Parelheiros, periferia da cidade de São Paulo. A partir da análise de conteúdo de matérias jornalísticas sobre este território publicadas em 2023, faz-se uma crítica ao jornalismo hegemônico, que flerta com a colonialidade e o capitalismo, perpetuando representações viciadas de populações vulnerabilizadas. Defende-se que a promoção da justiça socioambiental e climática passa pela valorização das epistemologias de existência latino-americanas, como o bem-viver e a educomunicação, que podem atuar como estratégias de denúncia e anúncio -nos termos de Paulo Freire- para reencantar o mundo e construir alternativas sistêmicas ao modelo neoliberal de desenvolvimento. Nesse cenário, o aterramento das ciências, a participação comunitária, o jornalismo engajado e o pensamento educacional emergem como pilares de uma (re)existência transformadora, capaz de combater a lógica individualista e produtivista da modernidade e de fomentar uma perspectiva de transformação que, apesar de complexa, investe

esperança na visão espiral do tempo e na capacidade humana para adiar o fim do mundo.

Palavras-chave: (1) Educomunicação; (2) Bem-viver; (3) Jornalismo; (4) Decolonialidade; (5) Crise.

Abstract: In the face of the contemporary scenario of global systemic crises -environmental, social, political, and economic- this article proposes a reflection on the articulation between educommunication, journalism, and *buen vivir* practices, from a critical and decolonial perspective. Drawing on the contributions of authors such as Byung-Chul Han, Pablo Solón, Bruno Latour, Ailton Krenak, and Fernando Huanacuni, the article proposes a reimagination of possible plural futures through educommunication practices that value ancestral knowledge and community experiences, such as those carried out in Parelheiros, a suburb of São Paulo. Based on a content analysis of journalistic articles about this territory published in 2023, this article critiques hegemonic journalism, which flirts with colonialism and capitalism, perpetuating flawed representations of vulnerable populations. It argues that promoting socio-environmental and climate justice requires valuing Latin American epistemologies of existence, such as *buen vivir* and educommunication, which can act as strategies of denunciation and proclamation -in Paulo Freire's terms- to re-enchant the world and build systemic alternatives to the neoliberal model of development. In this context, grounding of sciences, community participation, engaged journalism, and educommunicative thinking emerge as pillars of a transformative (re)existence, capable of combating the individualistic and productivity logic of modernity and fostering a perspective of transformation that, although complex, invests hope in the spiral vision of time and in the human capacity to postpone the end of the world.

Keywords: (1) Educommunication; (2) *Buen vivir*; (3) Journalism; (4) Decoloniality; (5) Crisis.

Introdução

Em um cenário contemporâneo de incertezas e profundas transformações, a humanidade se confronta com o que Byung-Chul Han (2024) caracteriza como uma “multicrise” ou, nas palavras de Pablo Solón (2019), “crises sistêmicas”. Ambas as definições convergem para um ponto central: a interconexão intrínseca entre crises ambientais, econômicas, sociais, políticas, epistemológicas e humanas. Em meio a frequentes epidemias, guerras e catástrofes climáticas, “o fim do mundo ou o colapso da civilização humana são invocados com premência cada vez maior” (HAN 2024: 11). O problema não é mais somente o medo da pandemia, mas também a pandemia do medo (HAN 2024), que nos rouba a esperança de um futuro mais saudável e harmonioso, no qual todas as formas de vida possam coexistir em equilíbrio.

Essa multicrise é reflexo de um modelo hegemônico que opera sob uma lógica exploratória, e que se mostra cada vez mais insustentável. Trata-se de uma crise que se manifesta em diversas frentes e que, com frequência, é obscurecida por discursos negacionistas que visam manter privilégios e desigualdades e, assim, impulsionam projetos predatórios de superexploração da natureza. Para superar esse momento que nos assombra, não há manuais ou receitas prontas. A resolução de crises sistêmicas demanda alternativas também sistêmicas (SOLÓN 2019).

A atual perspectiva dessas crises, tão profundas quanto abrangentes, está, portanto, intrinsecamente ligada ao modelo de desenvolvimento dominante, capitalista e colonial que se baseia na competição e na acumulação individualista, ignorando a interdependência entre todos os elementos da vida. Ao priorizar a servidão ao capital acima de tudo, esse modo de pensamento, que também está em crise, colabora com a subjugação de populações historicamente vulnerabilizadas e com a degradação da *Pachamama* (divindade da cosmovisão andina que representa a totalidade da natureza, do espaço-tempo e da própria vida), nos afastando de nossos lugares e territórios comuns.

Segundo Latour (2020), esse momento de desconstrução do comum atinge em cheio o campo da política, que passa a ser dominado por uma tecnocracia degenerada que prioriza arranjos e debates científicos falsamente neutros em detrimento das decisões democráticas, que são a essência da cidadania. A esse processo ele dá o nome de pós-política, ou seja, “o estágio em que as decisões políticas são apresentadas como técnicas, já resolvidas pelos especialistas, e não mais abertas à deliberação pública” (LATOUR 2004: 49). Nesse momento de crise pós-política, permeado por muitas e grandes incertezas e descrença nos movimentos coletivos (LATOUR 2020; HAN 2018), estruturas e instituições tradicionais – como a ciência e o jornalismo, outrora incontestáveis –, também enfrentam múltiplos questionamentos, impulsionados por sentimentos de desconfiança.

Assim, mais que uma nova era geológica, o Antropoceno determina um novo evento político, epistemológico e ontológico que exige repensarmos as formas como compreendemos a Terra, a ciência, a política e até mesmo a própria condição humana (LATOUR 2020). Os novos regimes de engajamento político, os sentimentos de incerteza e de desorientação e a indissociabilidade entre a sociedade e a natureza, que cada vez mais reage violentamente às ações humanas, parecem apontar para um processo crescente de desestabilização do projeto capitalista moderno. Encontramos, portanto, diante de uma crise que é, também, epistemológica: o rigor do método científico tradicional parece não ser mais suficiente e a prática científica, sozinha, não está dando conta de responder à infinitude das demandas e à complexidade dos problemas que vivenciamos. Sendo assim, como cientistas, para onde vamos e como nos orientamos?

O presente artigo se propõe a discutir as relações entre a educomunicação, jornalismo e bem-viver e a responsabilidade da comunicação no enfrentamento dessas crises sistêmicas. Para isso, articulando autores e conceitos latino-americanos, apresentamos a experiência comunitária “Memórias de Parelheiros: guardiãs e guardiões da vida”, série audiovisual produzida pela *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros*, como estratégia educacional para a promoção do bem-viver. Analisamos, ainda, matérias jornalísticas sobre Parelheiros, distrito periférico no extremo sul da cidade de São Paulo (SP), a fim de compreender como o jornalismo hegemônico tem representado e discutido as periferias, territórios que mais sofrem com as crises sistêmicas e com o racismo ambiental.

Bem-viver:

alternativa sistêmica pelo aterramento dos saberes

O enfrentamento dos modelos exploratórios dominantes e a desconstrução dos sistemas de pensamento coloniais passam pela valorização das abordagens decoloniais e dos saberes não hegemônicos. Passam por aquilo que Latour (2020) chama de “*aterramento das ciências*”. Trata-se da necessidade de reorientação da perspectiva científica tradicional, de modo a aproximá-la dos mundos social e político, ou seja, das reais e complexas questões que a vida moderna cotidiana enfrenta.

Isso implica necessariamente no fomento a uma ciência híbrida, mais engajada e responsável, com a participação de diferentes atores. Uma “*ciência pós-normal*” (FUNTOWICZ & RAVETZ 1993), mais inclusiva e democrática, que alargue a comunidade envolvida na produção e na avaliação do conhecimento e incorpore múltiplos saberes e interesses. No momento atual, quando os fatos são cercados de incertezas, os valores estão em disputa, as apostas são altas e as decisões urgentes, esse aterramento com conexão favoreceria estratégias mais democráticas de

resolução de problemas - algo que, a princípio, nos parece mais realista e relevante para enfrentar os desafios das graves crises, inclusive a climática.

Assim como o paradigma decolonial, o aterramento proposto por Latour rejeita a monocultura de mentes e favorece a descolonização do pensamento (BRIANEZI & VIANA 2023), reconhecendo múltiplos modos de existência e diferentes maneiras de produzir conhecimento, para além do acadêmico. Trata-se, portanto, de uma epistemologia do comum e da conexão, que favorece uma ecologia de saberes não-hegemônicos.

Nesse cenário, o paradigma do bem-viver (*buen vivir* ou *sumak kawsay*, no idioma quíchua equatoriano, e *vivir bien* ou *suma quamaña*, no aymara boliviano) destaca-se potencialmente como uma alternativa decolonial possível ao modelo hegemônico e exploratório de desenvolvimento. Trata-se de um conceito que se baseia em ideias resgatadas do conhecimento andino tradicional (preexistente à colonização europeia na América), mas que ainda está em construção, e que não possui (e talvez nunca possua) uma definição fechada e guiada (SOLÓN 2019).

... podemos concluir que tampouco existe uma visão única de Bem Viver. O Bem Viver não sintetiza uma proposta monocultural: é um conceito plural — bons conviveres, como já anotamos — que surge das comunidades indígenas, sem negar as vantagens tecnológicas do mundo moderno nem as contribuições de outras culturas e saberes que questionam distintos pressupostos da Modernidade (ACOSTA 2016: 87).

O conceito do bem-viver prega uma comunidade ampliada para além do humano, que congrega indivíduos e natureza, todos actantes (LATOUR 2020), em profundo respeito mútuo. Uma vivência subversiva (ACOSTA 2016) que propõe uma forma de resistência alternativa, em prol de uma economia complementar que promove a distribuição e redistribuição segundo a necessidade do momento e funciona de acordo com o princípio da reciprocidade e a lógica do afeto (MAMANI 2010).

... o Buen Vivir é a própria vida, uma vida em harmonia que faz parte da plenitude em todos os sentidos, nessa plenitude que não busca o acúmulo, que não fortalece o individualismo egoísta, mas valoriza as pessoas e busca o que é digno e suficiente para viver (SOARES 2019 S/N) [Tradução nossa].

O bem-viver alinha-se ao perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro (2002) e, assim como a teoria do antropólogo brasileiro, joga luz na ideia deslocada de que o antropocentrismo não é a única maneira de explicar o mundo. Ou seja, diferentes seres, humanos e não humanos (como animais e espíritos) traçam uma coexistência que entrelaça perspectivas particulares que não são derivadas apenas de suas posições no mundo, mas

da maneira como habitam e percebem a realidade. Trata-se, na essência, de compreender que todas as culturas (mesmo as hegemônicas) são essencialmente híbridas (CANCLINI 2015).

O bem-viver propõe, portanto, um giro decolonial (BALLESTRIN 2013) ao desencantamento do mundo de Weber (2000), processo que retirou do mundo moderno capitalista o mistério e sua magia, a beleza e sua contemplação, assim como todos os significados espirituais e transcendentais, substituindo-os por uma lógica utilitária, pragmática e mecanicista, moldada pelo frenesi da produtividade e da eficiência. Trata-se não somente de voltar ao passado (ACOSTA 2016), nem mesmo de um mero desaceleramento, mas sim de reencantar o mundo (HAN 2018), em detrimento da sociedade do cansaço, do adoecimento e da transparência que esgota e individualiza.

Acreditamos que o reencantamento pelo bem-viver poderia oferecer uma alternativa sistêmica para, por meio do aterramento de saberes ancestrais, superar o esgotamento espiritual e emocional da modernidade, permitindo que os indivíduos e as comunidades se reconectem com uma vida mais significativa e plena - numa tradução literal para o português brasileiro, *sumak kawsay* ou *suma quamaña* seria “vida em plenitude” (ACOSTA 2016; MAMANI 2010).

Educomunicação:

estratégia decolonial para denunciar crises e anunciar mundos possíveis

Conforme aponta Rosa (2020), a educomunicação deve ser concebida como uma Epistemologia do Sul (SANTOS 2009), corrente de pensamento de perspectiva decolonial que busca produzir “*ciência de forma contra hegemônica, apropriando-se de metodologias não extrativistas, pois objetivam promover a justiça cognitiva e a produção de conhecimento emancipatório*” (ROSA 2020: 20). Nascida como uma das formas de reação ao autoritarismo das ditaduras latino-americanas dos anos 1960, alinhada ao esforço de indivíduos e grupos que buscavam, por meio de ações comunicativo-educativas, fazer circular a informação e o conhecimento censurados (CITELLI; SOARES & LOPES 2019), identificadas e sistematizadas pelo *Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo* (NCE-USP) no início do século XXI a partir dos estudos sobre as práticas educativas de comunicadores populares ibero-americanos vinculados às lutas por justiça social e cognitiva, em especial Paulo Freire e Mário Kaplún, a educomunicação carrega, desde sua concepção histórica, uma forte perspectiva de transformação social. A compreensão ético-político-pedagógica sobre a educação libertadora de Paulo Freire serviu de inspiração para a construção de trabalhos educacionais territorializados e contextualizados, que dialogam com os saberes populares. Podemos afirmar, portanto, que a educomunicação está inserida

na corrente de pensamento decolonial fundamentada nas possibilidades de intervenção, contestação e (r)existência (MARTINS & ROSA 2021).

Trata-se de um paradigma orientador (SOARES 2002), com aproximações evidentes ao bem-viver (SOARES 2019), ambas práticas latino-americanas voltadas à justiça social e climática. Como perspectivas decoloniais, educomunicação e bem-viver questionam o pensamento ocidental imposto e propõem conhecimentos emancipadores, denunciando as multicrises e anunciando mundos mais justos e sustentáveis (BRIANEZI & GATTÁS 2022). No sentido de Freire, ao “denunciar” a realidade, anuncia-se “*um mundo melhor*” (FREIRE 1997: 672). A educomunicação propõe mediações emancipatórias, valorizando saberes diversos e construções coletivas (Soares, 2000), contribuindo tanto para combater o negacionismo climático quanto para propor ações sustentáveis inspiradas no bem-viver.

É nesse contexto que emerge a importância da comunicação e, de forma mais específica, da educomunicação para os bem-viveres: tornar comum as ideias e bases dos *bem-viveres* para um número crescente de cidadãos, a fim de que os princípios comunicados sejam ressignificados como ações políticas cotidianas, em um exercício constante de desconstrução e descolonização da estrutura quadrangular da colonialidade. Em outras palavras, trata-se de denunciar as expressões de *mal-viver*, traduzidas em violações de direitos, e anunciar os *bem-viveres* (OLIVEIRA & SOUZA 2023: 33).

Memórias de Parelheiros: prática educ comunicativa que valoriza a experiência comunitária

Criada em 2020, a *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros* configura-se como uma iniciativa de comunicação comunitária desenvolvida pelo *Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário* (IBEAC), em parceria com o *Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento* (CPCD), com o objetivo de destacar as potências invisibilizadas das periferias. O projeto tem como principal atividade a produção de conteúdos audiovisuais voltados à valorização das vozes locais. Desde 2021, oferece oficinas formativas na área da comunicação para e com moradores do distrito de Parelheiros, com base na concepção educ comunicativa de que o acesso à informação e a possibilidade de produzir conteúdos midiáticos constituem dimensões fundamentais dos direitos humanos. Contar histórias, compartilhar vivências, acessar informações e ser escutado são compreendidos, nesse contexto, como práticas essenciais para o exercício da cidadania.

Entre os principais produtos do projeto, destaca-se a série documental *Memórias de Parelheiros*, que busca registrar e difundir as histórias e expressões culturais do território por meio de relatos de seus próprios habitantes. A série é orientada pela metodologia da *Tecnologia Social da Memória*, desenvolvida pelo *Museu da Pessoa*, que propõe

processos colaborativos de escuta, sistematização e compartilhamento de narrativas de vida, valorizando os saberes e experiências dos sujeitos. A terceira temporada da série, intitulada “*Guardiães e Guardiões da Vida*”, foca na trajetória de pessoas que atuam na proteção do território, no cuidado com a natureza e no fortalecimento das relações comunitárias. Lideranças religiosas de matriz africana, agricultores familiares, educadores e ativistas locais são alguns dos protagonistas, cujas histórias têm sido registradas e veiculadas em plataformas digitais, contribuindo para a construção de uma memória coletiva enraizada no próprio território.

A experiência educomunicativa da série *Memórias de Parelheiros* evidencia a relevância da escuta atenta das vozes plurais que compõem esses territórios, especialmente daquelas historicamente invisibilizadas e sub-representadas nos espaços de decisão e produção de conhecimento. Como, por exemplo, no depoimento da agricultora familiar Valéria Maria Macoratti, moradora de Parelheiros e fundadora da propriedade de agricultura orgânica e familiar *Nossa Fazenda*:

As pessoas, principalmente os nossos governantes [...], costumam dizer que aqui em Parelheiros é o menor IDH¹ da cidade. Mas eu aprendi que existe o “melhor IDH”. O IDH que eles falam é o IDH do dinheiro. Mas e o IDH da qualidade de vida? De você acordar e respirar o ar mais puro? Quando a gente está no asfalto e a gente entra na estrada de terra, a temperatura já cai uns 4 graus, no mínimo. Aí eu falo que voltei para o meu paraíso [Parelheiros]. Aqui é totalmente diferente [do restante] da cidade. A gente ainda tem muito mais aquilo de solidariedade (IBEAC, 2025a).

Outro depoimento registrado pelo projeto que merece destaque é o de Sérgio Luiz, sacerdote do terreiro de candomblé *Inso Nkosi Luna kubanga Mueto*:

Nos dias de hoje, como falei, essa religião é de resistência porque não é fácil não. Nós temos que usar o bom senso e a sabedoria, porque eu vejo que o sagrado não quer confronto entre os seres. [...]. Essa religião por si só, já é a cultuação e a proteção da natureza. Porque, como eu falei, nós cultuamos a natureza, são os elementos e os Deuses da natureza. Então, sem elas, nós não existimos. Então, todos os adeptos de uma casa de axé, de uma casa de Ngunzo são orientados, praticamente vinte e quatro horas, a preservar a natureza, proteger a natureza, porque nós vivemos dela, nós somos ela. Nós somos a natureza (IBEAC, 2025b).

¹ O IDH, ou *Índice de Desenvolvimento Humano*, é uma medida criada pelas Nações Unidas para avaliar o progresso social e econômico de um país, indo além da análise do *Produto Interno Bruto* (PIB). Ele considera três dimensões principais: saúde, educação e renda.

Ao reconhecer e valorizar os diversos saberes presentes no território, projetos de educomunicação como o Memória de Palheiros ampliam a capacidade coletiva de compreender a complexidade das crises sistêmicas atuais que enfrentamos. Mais do que diagnosticar os desafios, essa escuta ativa nos permite cultivar caminhos de esperança, resiliência e transformação social a partir das próprias comunidades, rumo à promoção da justiça socioambiental e climática e a um efetivo bem-viver.

Assim, podemos dizer que tanto a educomunicação quanto o bem-viver fomentam práticas que valorizam os saberes plurais e a participação dialógica e democrática, garantindo direitos para grupos sub-representados e possibilitando a criação de novos *pluriversos* (ESCOBAR 2011). Dessa forma, desafiam a ideia linear e acrítica de progresso da modernidade e compartilham uma crítica contundente ao modelo capitalista, colonial, extrativista e individualista que instrumentaliza a natureza e as populações, desaguando nas atuais crises.

Acreditamos que essa sinergia forma um arcabouço poderoso para reimaginar e construir futuros plurais, resistindo às lógicas de dominação e exploração que ameaçam a existência terrestre. Outras instituições, porém, igualmente potentes, permanecem alheias e distantes desse importante papel social.

Jornalismo: espelho da hegemonia capitalista e colonial

Desempenhando um papel crucial de ser uma das principais (porém não mais a principal) fontes de informação da população, o jornalismo deveria integrar o esforço para o enfrentamento das crises sistêmicas, atuando como mais uma estratégia de denúncia das hegemonias exploratórias em curso e de anúncio de outras formas decoloniais para se viver em harmonia e unidade com a natureza.

No entanto, e ainda analisando o cenário de multicrises, podemos dizer que esta atividade de comunicação também enfrenta um dos seus momentos mais complexos. Como já dito, o sentimento de desconfiança em instituições tradicionais fez com que o jornalismo perdesse seu prestígio como canal que reporta a realidade e nos atualiza sobre os acontecimentos do mundo. O crescimento exponencial de outras mídias, principalmente das plataformas de rede social, fez com que outros agentes formadores de opinião, como os *influencers*, ocupassem esse espaço outrora dominado pelo jornalismo. Soma-se a isso o fato de que muitos jornalistas profissionais, principalmente mulheres e pessoas negras e trans, tornaram-se alvos preferenciais de governos autoritários e/ou negacionistas climáticos, sofrendo constantes ataques que visam a desacreditização do seu trabalho.

Ocorre que o jornalismo participa ativamente da construção de imaginários sobre as periferias, sendo corresponsável pela forma como

esses territórios e suas populações são percebidos socialmente. A distância entre as redações e a vivência periférica, porém, acaba resultando em uma cobertura sensacionalista e enviesada que reforça desigualdades (RAMOS & PAIVA 2007), atuando como um espelho da herança colonial que ainda assola e oprime várias camadas da sociedade. Isso ocorre principalmente porque o modelo de negócios do jornalismo tradicional possui fendas históricas em sua estrutura que promovem a reprodução de representações viciadas de populações vulnerabilizadas. Da mesma forma, enfatizam a tendência frequente de reportar a importância dos biomas nacionais quando as árvores já estão no chão, a floresta já está em chamas, os peixes já boiando sem vida e os animais já extintos, baseando-se no valor-notícia do negativismo.

Ou seja, ao flertar com práticas coloniais e capitalistas, o jornalismo hegemônico contribui para perpetuar representações estereotipadas e desumanizadoras das periferias e das populações vulnerabilizadas, com a suposta objetividade jornalística sendo usada como ferramenta para legitimar relatos carregados de preconceitos (MORAES 2022). Autores como Downie Jr. & Heyward (2023) apontam que a definição de objetividade como neutralidade não está formalmente inscrita nos códigos da profissão e é cada vez mais desafiada por desigualdades estruturais. O foco deve, então, se deslocar para a transparência nos métodos jornalísticos e a problematização do uso de citações para se eximir de responsabilidade discursiva.

Os valores-notícia (SILVA 2005) - como atualidade, fama, proximidade ou negativismo - operam seletivamente, moldando a cobertura de acordo com os grupos sociais retratados. O negativismo, em particular, é um macrovalor que reúne temas/situações por seus aspectos negativos (SILVA 2005), e que pode contribuir para a construção de uma imagem limitada e estigmatizante de territórios periféricos. Segundo Moraes (2022), essa aplicação enviesada dos valores-notícia contribui para reforçar estruturas racistas e classistas.

Sendo assim, podemos afirmar que a adesão acrítica à objetividade e aos valores-notícia compromete o papel fundamental do jornalismo como ferramenta democrática e de justiça social, reforçando estigmas ao invés de anunciar as transformações necessárias.

O caso de Parelheiros: exemplo de cobertura midiática que perpetua vícios

Um jornalismo comprometido com a pluralidade de vozes e a justiça epistêmica exige responsabilidade com os contextos e sujeitos. Com o intuito de problematizar este modelo e refletir sobre os enquadramentos jornalísticos dados às periferias, realizamos um estudo de análise de conteúdo com reportagens que mencionaram especificamente o distrito de

Parelheiros. Trata-se de uma região ambientalmente estratégica, abrigando duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e concentrando 25% do território da capital paulista. Destaca-se por sua população jovem e majoritariamente negra, além de possuir a segunda maior cobertura vegetal e, em consequência, baixos níveis de poluição do ar. Por outro lado, enfrenta graves desafios sociais, como altos índices de feminicídio e de violência policial, além da invisibilização de espaços culturais locais. Apesar de seu potencial, é a terceira região com mais áreas contaminadas da cidade, exigindo atenção urgente à recuperação ambiental².

Metodologicamente, o estudo analisou 55 matérias *on-line* publicadas na Internet no ano de 2023 por dez veículos jornalísticos, como Globo.com, Metrôpoles e Folha de S. Paulo³. A análise se concentrou nos títulos, subtítulos e trechos das matérias em que este território é citado. O objetivo foi analisar como o jornalismo narra a periferia, um território ocupado por populações pobres e racializadas, e como a objetividade e os valores-notícia afetam essa cobertura. Foi utilizada a Análise de Conteúdo (Bardin, 2020), com abordagem mista. As matérias foram selecionadas no website *Media Cloud*, utilizando-se a palavra-chave “parelheiros”. A seleção seguiu o método da semana artificial (HERSCOVITZ Apud LAGO & BENETTI 2018), buscando uma amostra equilibrada e representativa.

Como resultados preliminares, a análise revelou que, de forma geral, o jornalismo praticado por esses veículos abordou a região de Parelheiros de forma limitada, restringindo o território a poucas menções e frequentemente sem aprofundamento. Dos 15 temas identificados, a maioria das matérias não era especificamente dedicada a Parelheiros, nem destacava este território na manchete ou subtítulo. De todos os 55 artigos analisados, apenas cinco eram específicos sobre Parelheiros, apenas um apresentava o nome do bairro na manchete, dois no subtítulo, e nove destacavam o território no corpo do texto.

Esses achados sugerem que o jornalismo hegemônico não realiza uma abordagem ampla e aprofundada sobre o território de Parelheiros, limitando-se a citá-lo em matérias relacionadas a uma pequena quantidade de temas. Importante destacar que, nessa análise preliminar, não foi possível confirmar que o valor-notícia do negativismo foi enfatizado na maioria das reportagens. Porém, aquelas que davam maior destaque a este território frequentemente tratavam de temas negativos, como mortes, desastres e acidentes. Dentro dos temas/editoriais identificados, alguns exemplos merecem ser destacados:

² Rede Nossa São Paulo, 2023.

³ A planilha completa com as matérias selecionadas para o estudo está disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/18XNmMbiyXHJS3ub2IMJKNsAmMz3uxRNGOKhX5rX8sdk/edit?usp=sharing>

- **Política:** matérias sobre o aumento de verbas para Parelheiros focaram mais na atuação de políticos e eleições do que nas necessidades do território;
- **Serviço e Lazer:** uma matéria específica sobre hospedagens destacou o potencial turístico e ambiental, mas ainda mencionou o "passado violento" associado a Parelheiros;
- **Clima:** notícias sobre baixas temperaturas não aproveitaram para destacar o potencial natural e a reserva de Mata Atlântica da região;
- **Direitos Humanos:** apesar de haver uma matéria específica sobre a condenação de um policial que agrediu uma mulher negra em Parelheiros, dados preocupantes sobre feminicídio e mortes por intervenção policial na região não foram aprofundados;
- **Mobilidade:** a única matéria específica sobre essa temática na região abordou um acidente de ônibus com mortos e feridos, enquanto os problemas envolvendo tempo de deslocamento e acesso ao transporte público não foram discutidos;
- **Meio Ambiente:** apenas uma, das duas matérias analisadas sobre esse tema, enfatizou a potência ambiental de Parelheiros, mencionando cachoeiras e a Cratera de Colônia (principal patrimônio geológico da cidade e uma das únicas crateras habitadas no mundo), enquanto a outra apenas citou o distrito em um contexto geral.

Esses resultados apontam para o fato de que a valorização da identidade coletiva e a preservação histórica e cultural de grupos sociais — elementos que formam a base de outras formas comunicativas, como a comunicação comunitária (PERUZZO 2004) –, raramente são abordadas pela mídia hegemônica. Ou seja, ao invés de atuar como uma importante estratégia de denúncia e anúncio, o jornalismo perde, ainda hoje, a oportunidade de aprofundar as problemáticas e anunciar as potencialidades de territórios periféricos como Parelheiros.

As potencialidades do jornalismo à luz do bem-viver

Apesar de representarem campos aparentemente distintos à primeira vista, o jornalismo pode se aproximar das práticas do bem-viver para que possam, enfim, se alinhar como estratégias de denúncia e anúncio no enfrentamento das crises sistêmicas, buscando, para isso, problematizar e refletir criticamente sobre o paradigma da comunicação e do jornalismo atual. Como já dissemos, o paradigma do bem-viver contraria frontalmente a lógica linear e exploratória do desenvolvimento, crescimento e progresso que busca eliminar obstáculos para avançar. O faz principalmente a partir de cinco elementos, destacados por Solón (2019):

a) O “todo” e a Pacha (Pachamama): reconhece a interconexão de todas as coisas, concebendo o tempo e o espaço em espiral, não linearmente. No bem-viver, tudo está interconectado e forma uma unidade. Essa cosmovisão possui uma dimensão espiritual na qual as concepções do eu, da comunidade e da natureza se fundem e estão vinculadas de forma cíclica no espaço e no tempo, implicando em viver com afeto, cuidado, autocompreensão e empatia pelos demais;

b) A convivência na multipolaridade: enfatiza o senso de responsabilidade e pertencimento à comunidade, em oposição ao individualismo neoliberal;

c) A busca do equilíbrio: supera o conceito de humanos como produtores, conquistadores e transformadores da natureza, propondo uma relação harmoniosa e não exploratória, com críticas ao progresso a qualquer custo;

d) A complementaridade da diversidade: valoriza a pluriculturalidade e o encontro da diversidade, promovendo o reconhecimento e o aprendizado com a diferença. Já o capitalismo, com sua lógica de competição, vai na contramão desse princípio, desmontando qualquer ideal de comunidade;

e) A descolonização: busca dismantelar sistemas políticos, econômicos, sociais, culturais e mentais dominantes. Isso implica em encontrar novos paradigmas que superem o *status quo* colonial e capitalista, libertando mentes e almas capturadas por conceitos falsos e alheios, para construir o bem-viver.

Os cinco elementos acima, quando analisados em paralelo com as práticas jornalísticas que perpetuam vícios, como aquelas encontradas sobre Parelheiros, podem indicar possibilidades para um outro modelo de jornalismo, mais engajado e transformador, conforme comentaremos brevemente a seguir.

O “todo” e a Pacha e a setorização jornalística

Solón (2019: 24) apresenta uma visão que vai na contramão do conceito de desenvolvimento, crescimento e progresso, pois não compreende o tempo e espaço de uma forma linear, mas sim os apreende em espiral. Ou seja, o bem-viver não compartilha da visão de que, para nos desenvolvermos, precisamos olhar para frente e seguir, eliminando qualquer obstáculo. Essa concepção não trabalha com lógicas encaixotadas e setorizadas, mas compreende que tudo está interconectado.

Essa cosmovisão tem uma série de implicações concretas. As políticas favoráveis são as que levam em conta o todo, e não algumas partes. Atuar em função dos interesses de uma parte (humanos, países do Norte, elites, acumulação material etc.) inevitavelmente provocará desequilíbrios no todo.

Toda medida deve tratar de entender as múltiplas dimensões e inter-relações de todas as partes (SOLÓN 2019: 26).

O modelo jornalístico hegemônico, no entanto, segue uma clara tendência de trabalhar com lógicas setorizadas em temas como meio ambiente, economia, cultura, esporte etc. Jornalistas que reportam à editoria de economia, por exemplo, muitas vezes não abordam outros temas em suas pautas. Debates importantes como o progresso e avanço da economia geralmente não citam como esses projetos econômicos podem prejudicar o meio ambiente. Já pautas sobre a agropecuária no Brasil em geral carregam como plano de fundo o lema “o agro é pop”. São cada vez mais evidentes os problemas causados por esse discurso e por essa prática.

Com a incorporação de elementos da visão de *O todo e a Pacha* no fazer jornalístico, seria possível produzir matérias que pautassem com maior profundidade os problemas ambientais causados por uma série de políticas econômicas e sociais que estão hoje em curso. Como, por exemplo, os impactos que os deslizamentos de terra e as enchentes ocasionam, principalmente sobre as populações negras e pobres - o chamado racismo ambiental. Estamos falando de tragédias que foram provocadas por escolhas políticas degradantes ao planeta. O mesmo se aplicaria à importância da preservação de biomas nacionais que não compõem o território habitado nas grandes cidades do país, uma vez que a sua destruição impacta o todo.

Nesse sentido, o todo tem uma dimensão espiritual, na qual as concepções do eu, da comunidade e da natureza se fundem e estão vinculadas de forma cíclica no espaço e no tempo. Viver abarcando esse todo implica viver com afeto, com cuidado, com autocompreensão e com empatia pelos demais (SOLÓN 2019: 26).

Essa concepção nos parece igualmente importante para que superemos um jornalismo problemático em relação às realidades às quais retrata, e que defende uma objetividade jornalística que não tem dado conta de ampliar os enquadramentos sobre as populações vulnerabilizadas - como a população negra, LGBTQIAPN+, mulheres e povos indígenas. Uma relação de afeto, cuidado, autocompreensão e empatia pelo outro poderia colaborar muito para isso.

A convivência na multipolaridade e a comunicação que retorna à sua raiz conceitual

O senso de responsabilidade e pertencimento a uma comunidade é compartilhado em diversas cosmovisões indígenas, mesmo estas sendo muito diversas entre si. Solón (2019: 27) afirma que, para existir a comunidade, é necessário existir o indivíduo e vice-versa. Hoje, no entanto, infelizmente impera o pensamento neoliberal em todo o âmbito social; a individualidade e o projeto pessoal estão acima de tudo, inclusive da comunidade.

Essa lógica está presente também na hiperprodução comunicativa atual, afinal, “a comunicação não é mais comunicativa, mas meramente cumulativa” (HAN 2022: 8). O modelo de negócio jornalístico e o cenário produtivo do campo da comunicação não oferecem tempo para que seus profissionais pratiquem a reflexão crítica em relação aos grupos sociais ou às pautas que estão sendo reportadas. Em um cenário extremamente competitivo na produção de matérias, o comunitário desaparece. Ou seja, *“partir de um determinado ponto, porém, a produção não é produtiva, mas destrutiva; a informação não é mais informativa, mas deformadora”* (HAN 2022: 8).

Segundo Kaplún, a raiz da palavra comunicação deriva da raiz latina *communis*: compartilhar algo com outro. *“É a mesma raiz de comunidade, de comunhão; expressa algo que é compartilhado: que se tem ou vive em comum”* (KAPLÚN 1985: 64([Tradução nossa]. Atualmente, parece estarmos cada vez mais distantes desse senso de comunidade e, portanto, perdendo o senso de responsabilidade e pertencimento. As implicações para o jornalismo são graves, uma delas já citada aqui: reportagens que reproduzem estereótipos sobre as populações que mais sofrem com a desigualdade social.

A busca do equilíbrio e a criticidade jornalística

Solón (2019: 30) também nos leva a refletir a respeito da *busca do equilíbrio*, por meio da qual *“supera-se o conceito dos humanos como produtores, conquistadores e transformadores da natureza”*. Compartilhar dessa visão de mundo poderia nos ajudar a superar reportagens propagandistas do progresso a qualquer custo, como o já citado *“o agro é pop”*. Se compactuarmos com essa ideia de que, para seguirmos em frente, é inevitável derrubar as florestas e dizimar alguns povos, nosso destino será à beira de um abismo. O jornalismo pode (e deve) produzir conteúdos que sejam mais críticos à visão colonial de desenvolvimento e progresso.

A complementaridade da diversidade e um jornalismo que aprenda com o outro

É preciso compreender a responsabilidade do jornalismo com os territórios, e não apenas como um mero reprodutor da realidade. O conteúdo noticioso pode impactar diretamente uma comunidade, povo ou nação. Ao que parece, a comunicação comunitária tem tido mais êxito nesse processo.

Peruzzo (2004: 157) compreende a comunicação comunitária como um espaço do exercício da cidadania, no qual os processos de produção “não são espetáculos a que se assiste, mas dos quais se participa, o que leva a incrementar o processo de construção das identidades e de cultivo dos valores históricos e culturais”. Essa modalidade de comunicação possibilita

a valorização da identidade coletiva, do resgate e preservação histórica e cultural de determinado grupo social. Além disso, seus agentes aprendem a participar da vida política, bem como a exigir seus direitos e a denunciar violações (PERUZZO 2004).

Ocorre que essa visão não pode se restringir apenas aos grupos de comunicação comunitária (que precisam ser fortalecidos e valorizados). A mídia hegemônica tem muito a aprender com eles, mas também com a *convivência na multipolaridade*, tendo senso de responsabilidade com o coletivo resgatado. E também com a *complementaridade da diversidade*, segundo a qual o bem-viver é o encontro da diversidade. “Saber viver é praticar a pluriculturalidade. É reconhecer e aprender com a diferença, sem arrogância ou prejuízo” (SOLÓN 2019: 31).

A descolonização e a prática jornalística decolonial

A descolonização também é um elemento fundamental do bem-viver que tem como objetivo “desmantelar esses sistemas políticos, econômicos, sociais, culturais e mentais que imperam” (SOLÓN 2019: 31). Precisamos encontrar outros paradigmas na comunicação e no jornalismo que vão além do *status quo*. Esse modelo que serve ao capital tem colaborado com os danos às populações e à natureza e subrepresentado existências não brancas, não hetero-cis-normativas e não moradoras dos grandes centros econômicos (MORAES 2022). Precisamos olhar com mais criticidade para os conhecimentos importados - incluindo, aí, as teorias da comunicação e do jornalismo - de nações que não vivenciam os nossos desafios sociais, políticos e econômicos. Sabemos que não é tarefa fácil liberar mentes e almas capturadas por conceitos coloniais e colonizantes, mas, como aponta Solón (2019: 32), “para construir o bem-viver devemos descolonizar os nossos territórios e o nosso ser”.

Essas breves análises apontam que as múltiplas visões de mundo a partir do bem-viver podem nos guiar para uma comunicação e um jornalismo que considerem como fontes oficiais os diferentes povos, principalmente os vulnerabilizados. E que as máximas do jornalismo - como a objetividade, neutralidade, fontes, critérios de noticiabilidade e valores-notícia, entre outros - precisam ser pensadas criticamente para que não sejamos meros reprodutores de pensamentos ocidentais que têm causado apenas prejuízo para o planeta. É preciso incorporar e considerar que o bem-viver “advoga por recuperar o passado para redimir o futuro, amplificando as vozes ignoradas das comunidades e da Mãe Terra” (RIVERA CUSICANQUI 2010 Apud SOLÓN 2019: 33).

Contribuições para não concluir, mas para adiar o fim do mundo

Ainda não existem respostas prontas para as inquietações diversas levantadas neste artigo. Elas apontam, no entanto, caminhos promissores para uma investigação ainda incipiente, mas que já tem como premissa uma emancipação epistemológica da racionalidade ocidental dominante. Acreditamos que falar de pensamento educacional, paradigma do bem-viver e jornalismo engajado passa necessariamente por trazer para campo os saberes tradicionais e as epistemologias de existência (BISPO DOS SANTOS 2015) latino-americanas, que buscam “*sentipensar*” com a terra (ESCOBAR 2014). Juntos e em diálogo, essas correntes decoloniais podem estabelecer-se como estratégias potentes de transformação social e climática, a partir da denúncia e do anúncio, e como alternativas sistêmicas à lógica individualista e produtivista da modernidade e ao modelo neoliberal de desenvolvimento que nos esgota.

Diante das limitações impostas por modelos hegemônicos de desenvolvimento e comunicação, a busca por alternativas aponta para a construção de novas epistemologias e práticas sociais enraizadas e aterradas nos territórios. Afinal, como afirma Latour, “*ou bem negamos a existência do problema ou então tentamos aterrar*” (LATOUR 2004). A série *Memórias de Parelheiros* (IBEAC 2025a; 2025b) é um exemplo concreto dessa possibilidade: ao valorizar as narrativas locais, os saberes ancestrais e as experiências comunitárias, ela rompe com a lógica da homogeneização e amplia os horizontes do que é reconhecido como conhecimento legítimo. Essa produção coletiva mobiliza uma outra forma de existir e comunicar, pautada pela dignidade, pelo cuidado e pela escuta ativa. No entanto, a implementação de um projeto de bem-viver exige transformações complexas que envolvem disputas simbólicas, políticas e metodológicas, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais.

Por isso, nossas reflexões, ainda pouco ambiciosas, buscam a princípio instigar novos horizontes de pesquisa que possam existir nas fissuras do pensamento limiar de fronteira (MIGNOLO 2020), onde algo termina, mas algo novo sempre começa. Nesse interstício, pretendemos encontrar pensamentos hibridizados que não necessariamente se binarizem, mas que construam pontes que ampliem e territorializem as formas como o conhecimento é reconhecido e validado, ou seja, aterrado e conectado. Realizar tal processo de investigação demanda uma constante e difícil vigilância epistemológica e política.

Superar os paradigmas coloniais não significa apenas mudar o conteúdo da ciência, mas suas formas, referências e sentidos. Trata-se de abrir espaço para que saberes marginalizados, especialmente os das matrizes indígena, africana e popular, dialoguem com as metodologias científicas, porém sem serem domesticados por elas. Ao mesmo tempo, pensar o futuro exige reconhecer, como alerta Ailton Krenak (2020b), que

ele não é garantido. E que talvez, como nos ensina Leda Maria Martins (2020), o tempo seja espiralar: passado, presente e futuro coexistem nas experiências vividas.

Mesmo reconhecendo a complexidade e a urgência das crises (principalmente a climática) e dos sentimentos de medo que nos rondam e paralisam, é nesse entrelaçamento de tempos e saberes que reside a potência do esperar e do sonhar. A esperança, como descreve Han (2024: 130), "nos abre para o que é futuro, para o vindouro, para o ainda-não-nascido, para o latente, para o que está em processo de devir". Essa visão de futuro, inspirada também na ideia de Ailton Krenak (2020a) de adiar o fim do mundo, sugere que sonhar e aspirar a um futuro do bem-viver é possível, driblando o medo e os anúncios fatalistas. Krenak (2020a), aliás, nos convida a habitar o lugar do sonho, que pode ser uma outra palavra para o que costumamos chamar de natureza, uma experiência de pessoas iniciadas em uma tradição para sonhar, um lugar para seguir e avançar.

Não é tarefa fácil, bem sabemos. Mas o bem-viver e a educomunicação parecem estar próximos de quem é esperançoso, para quem ainda aspira um futuro de diálogo e colaboração. A partir do exemplo das vozes e memórias de Parelheiros que ganham volume e alcançam o mundo, somos convocados não apenas a resistir, mas a reexistir com imaginação, cuidado e compromisso coletivo.

Referências

- ACOSTA, A. (2016). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo, Editora Elefante
- BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- BALLESTRIN, L. (2013). "América Latina e o giro decolonial", *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11: 89-117.
- BISPO DOS SANTOS, A. (2015). *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília, INCTI/UnB.
- BRIANEZI, T. & GATTÁS, C.A. (2022). "Educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável", *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S.l.], v. 21, n. 41: 33-43.
- BRIANEZI, T.S. & VIANA, C.E. (2023). "Educomunicação, bem-viver e justiça climática: sinergias potencializadoras de outros mundos possíveis (e necessários)". In: SILVA, D.K.M. & LAGO, C. (Orgs.). *Educomunicação e outras epistemologias*. 1ª ed. São Paulo, Ed. Paulus, 2023, v. 1: 135-153.

CANCLINI, N.G. (2015). *Culturas híbridas*. São Paulo, Edusp.

CITELLI, A.O.; SOARES, I.O. & LOPES, M.I.V. de (2019). “Educomunicação: referências para uma construção metodológica”, *Comunicação & Educação*, v. 24, n.2: 12-25, 2019.

ESCOBAR, A. (2011). “Una minga para El posdesarrollo”, *Signo y Pensamiento* 58 — Puntos de vista, v. XXX, jan./jun.: 306-312.

_____. (2014). *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín, Ediciones UNAULA.

FREIRE, P. (1997). “Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho”. In: *O livro da profecia: o Brasil no terceiro milênio*. Brasília, Coleção Senado.

FUNTOWICZ, S.O.; RAVETZ, J.R. (1993). “Science for the post-normal age”, *Futures*, v. 25, n. 7: 739–755.

HAN, Byung-Chul (2018). *No exame: perspectivas do digital*. Petrópolis, RJ, Vozes.

_____. (2022). *A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje*. Petrópolis, Vozes.

_____. (2024). *O espírito da esperança: contra a sociedade do medo*. Petrópolis, Vozes Nobilis.

IBEAC (2025a). *Memórias de Parelheiros — 3ª Temporada | Episódio 1: Valéria Maria Macoratti (Nossa Fazenda)*. YouTube, 15 mai. (24 minutos).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P6SWZpl1DFA>

Acesso em: 30/07/2025.

_____. (2025b). *Memórias de Parelheiros — 3ª Temporada | Episódio 2: Sérgio Luiz*. YouTube, 10 jun. (31 min 50 s). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=MGJ1FI4nySM>

Acesso em: 30/07/2025.

KAPLÚN, M. (1985). *El Comunicador Popular*. Equador, Editorial Belém.

KRENAK, A. (2020a). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, Cia das Letras.

_____. (2020b). *O amanhã não está à venda*. São Paulo, Cia das Letras.

LAGO, C. & BENETTI, M. (Orgs.) (2018). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 3. ed. Petrópolis, RJ, Vozes.

LATOUR, B. (2004). *Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia*. São Paulo, Edusc.

_____. (2020). *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo.

MARTINS, L.M. (2021). *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro, Cobogó.

MAMANI, F.H. (2010). *Vivir Bien / Bien Vivir: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales*. La Paz, Instituto Internacional de Integración.

MARTINS, V. & ROSA, R. (2021). “Ao Sul das referências: Reflexões decoloniais para desierarquizar os processos de produção de conhecimento”, *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, v. 18, n. 51 jan./abr.: 16-35.

MIGNOLO, W.D. (2020). “A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial”, *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, v. 48, n. 48: 187-224.

OLIVEIRA, D. de & SOUZA, J.S. de. (2023). “Educomunicação, decolonialidade e bem-viveres: trajetos de formação de sujeitas e sujeitos periféricos”. In: SILVA, D.K.M. & LAGO, C. (Orgs.). *Educomunicação e outras epistemologias*. 1ª ed. São Paulo, Ed. Paulus: 29-48.

PERUZZO, C.M.K. (2004). *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3o ed. Petrópolis, RJ, Editora Vozes.

REDE NOSSA SÃO PAULO (2023). *Mapa da desigualdade de São Paulo 2023*. Disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/>. Acesso em: 30/07/2025.

ROSA, R. (2020). “Epistemologias do Sul: desafios teórico-metodológicos da educomunicação”, *Comunicação & Educação*, v. 25, n. 2: 20-30.

SANTOS, B.S. (2009). *Una Epistemología del Sur. La reinvencción del conocimiento y la emancipación social*. México, Clacso y Siglo XXI.

SILVA, G. (2005). “Para pensar critérios de noticiabilidade”, *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 2, n. 1, jan.: 95-107. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830> Acesso em: 20/07/2024.

SOARES, I. de O. (2000). “Educomunicação: um campo de mediações”, *Comunicação & Educação*, São Paulo, Brasil, n. 19: 12–24.

_____. (2002). “Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação”, *Comunicação & Educação*, São Paulo, Brasil, n. 23: 16-25.

_____. (2019). “La Educomunicación y el Buen Vivir: una alianza posible”, *Revista Encuentro*, SIGNIS, Equador.

SOLÓN, P. (2019). “Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização”. In: SOLÓN, P. (Org.). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo, Elefante.

VIVEIROS DE CASTRO, E.B.A (2002). *Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify.

WEBER, M.A. (2000). “Ciência como vocação”. In: WEBER, M.A. (Org.) *Ciência e política. Duas vocações*. 16ª ed. São Paulo, Editora Cultrix.

Sobre os autores

Gabriel Razo da Cunha é Profissional da Educomunicação. É mestrando em Ciências da Comunicação pelo PPGCOM-ECA-USP, onde pesquisa o enquadramento de notícias sobre as periferias em matérias jornalísticas, além de outras pesquisas em Gênero e Mídia. Licenciado em Educomunicação pela ECA-USP. É Coordenador de Comunicação e do projeto social “*Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros*” no Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC). Pesquisa as áreas de comunicação e educação como direito humano e para transformação social. Ativista LGBTQIAPN+.

Nicole Fajardo Maranhã Leão de Souza é Doutoranda em Ciências da Comunicação no PPGCOM/ECA da USP, no qual desenvolve pesquisa sobre Educomunicação e Saúde, com orientação do professor Dr. Ismar de Oliveira Soares. Mestre em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fiocruz, e bacharel em Comunicação/Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Recebeu menção honrosa no *Prêmio Compós de Teses e Dissertações 2021*, pela dissertação de mestrado na qual realizou pesquisa sobre literacia digital em saúde. Tem experiência profissional na área de Comunicação, com ênfase em Comunicação e Saúde, Literacia em Saúde, Educomunicação, TVs públicas e Produção Audiovisual. É tecnologista em saúde pública da Fiocruz desde 2015.